

O Silenciamento da Libras: desafios, conquistas e perspectivas para a valorização de uma língua minoritária.

The silencing of Libras: challenges, acquisition and perspectives for the valorization of a minority language.

Lilian da Silva Félix¹

(Pref. Municipal de Palmas – TO)

Andréa dos Guimarães de Carvalho²

(UFG)

Resumo: O presente trabalho tem cunho qualitativo, descritivo, e objetiva compreender o silenciamento da Libras, bem como seus desafios, conquistas e perspectivas para a valorização desta língua considerada, pelo viés da política linguística, como minoritária³. A proposta desse artigo é explorar esses desafios, analisar as conquistas já realizadas e discutir as perspectivas para a valorização disseminação e preservação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como parte vital de uma cultura e língua, em específico própria e utilizada por surdos como meio de comunicação e de expressão. O estudo aborda a importância da Libras em um contexto comum de comunidades minoritárias na qual a marginalização e apagamento de protagonização se fazem presentes. A produção e discussões deste artigo foi sustentada por pesquisas bibliográficas, baseadas em Schneider (2007), Massuti (2007, 2012), Silva (2015) entre outros sustentam as discussões teóricas cuja metodologia parte da comparação entre o referencial teórico de investigações e pesquisas, até o momento, materializam tais evidências. O resultado que se destaca direciona a Libras, enquanto língua minoritária, enquanto representação de status não apenas como língua, mas de sua identidade enquanto comunidade que integra a sociedade que aceita e respeita todas as línguas, incluindo a sua modalidade gesto-visual.

Palavras-chave: Línguas minoritárias; Silenciamento; Valorização da Libras.

Abstract: This work is qualitative and descriptive in nature, and aims to understand the silencing of Libras (Brazilian Sign Language), as well as its challenges, achievements, and perspectives for the valorization of this language considered, from the perspective of linguistic policy, as a minority language.³ The purpose of this article is to explore these challenges, analyze the achievements already made, and discuss the perspectives for the valorization, dissemination, and preservation of Brazilian Sign Language (Libras) as a vital part of a culture and language, specifically its own and used by deaf people as a means of communication and expression. This study addresses the importance of Libras (Brazilian Sign Language) in the common context of minority communities where marginalization and the erasure of protagonism are present. The production and discussions in this article were supported by bibliographic research, based on Schneider (2007), Massuti (2007, 2012), Silva (2015), among others, which underpin the theoretical discussions. The methodology begins with a comparison between the theoretical framework of investigations and research that, to date, materialize such evidence. The result that stands out directs Libras, as a minority language, as a representation of status not only as a language, but also of its identity as a community that integrates a society that accepts and respects all languages, including its gestural-visual modality.

Keywords: Minority languages; Silence; Valuation of Libras.

¹ Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e professora pedagoga efetiva na Prefeitura de Palmas – TO. E-mail: lilian.felix82@gmail.com

² Pós Doutora em Análise do Discurso pela UFT e professora efetiva na UFG. E-mail: andrea.ufglibras@gmail.com

³As línguas minoritárias, de acordo com Altenhofen (2013), referem-se às línguas que estão à margem ou em posição secundária em relação às línguas dominantes (majoritárias).

Introdução

A Língua de Sinais Brasileira (Libras) é reconhecida como a língua natural da comunidade surda no Brasil. Apesar de seu status oficial e legal, a Libras ainda enfrenta diversos desafios que contribuem para seu silenciamento como língua minoritária. Este artigo, busca explorar esses desafios, analisar as conquistas já realizadas e discutir as perspectivas para a valorização e preservação da Libras como parte vital da cultura surda no Brasil.

A partir da abordagem desse tema, em que a Libras é tida como uma língua minoritária, pode-se afirmar que, no contexto da educação básica e superior não seja diferente. O objetivo deste trabalho é analisar como a padronização⁴ (representando um reconhecimento legal de que o português é a língua predominante e oficial no Brasil, apesar da existência de outras variedades linguísticas) da língua portuguesa pode silenciar a “voz” das crianças, e como é possível lidar com essa questão sem prejudicar o processo de aprendizagem. Desse modo, seguir um padrão de uma língua (independente da sua modalidade, seja de maneira interlinguística ou intralinguística, implica ou traz uma espécie de “limitação”, nos dizeres discursivos reais em que o falante (sinalizador ou oral, pretende expor ou expressar seus pensamentos reflexivos sobre algo).

Sendo assim, a escolha das palavras/sinais - termo, que irão constituir um enunciado e/ou discurso, no momento de externalizá-los, na tentativa de ser melhor compreendido, esses sujeitos não conseguem. Mas para compensar, utilizam outros termos, na tentativa de efetivar esta externalização e, com isso, podem ser mal compreendidos. O que os leva, até mesmo, na desistência de tentar procurar outras formas para representarem, lexicalmente, com termos mais claros e diretos, suas intenções que expressem o significado real⁵ (semântica contextual funcional) que está por de trás do que pretendem e, então, serem compreendidos, pelo receptor da mensagem.

⁴ Ribeiro (2016) *apud* Saussure fala que “significado” é definido como sinônimo de conceito ou ideia. E retrata de maneira conceitual que o termo “significado” pode ser interpretado como “sentido”, como evidenciado nas definições extraídas de dicionários, onde “sentido” está conectado à ideia de significação. Originário do latim, “*significatio*”, o significado refere-se ao “sentido das palavras”. Contudo, alguns autores abordam sentido e significado como conceitos distintos.

⁵O artefato (é de uma palavra única em que se resume aspectos que, combinados entre si, conceituam e sustentam as singularidades de uma comunidade ou povo, isto é, (a cultura do mesmo). Seria uma mistura das palavras “arte”+“fatos” e fatores históricos, em que cada grupo ou comunidade perpassa através dos

tempos, demarcando algo próprio deles. Por isso que a motivação do sinal para "artefato" na Libras é = arte+cultura+adaptação+CL (mão que fica na parte de baixo, se movimenta, abrindo, em direção para baixo, indicando segmentações (que são característica factuais desta "arte" cultural).

Conforme relato de Emanuelle Laborit (1994, p.54) que diz “por vezes faço perguntas a adultos surdos que anteriormente tinha feito aos meus pais. Da parte destes, tive sempre a sensação de obter respostas insuficientes, pouco satisfatórias”.

Nesse sentido, o sentimento de silenciamento se reflete, fazendo com que o sujeito falante, prefira guardar para si seus pensamentos e reflexões, após identificarem que por mais que haja tentativas (realizados por outras escolhas lexicais que irão constituir um contexto significativo funcional), as mesmas não serão contempladas o suficiente para que seja compreendido. Logo, este silenciamento, pode trazer angústias, juntamente com a certificação e confirmação do sentimento de “minorias” perante ao outro.

É possível perceber que este enquadramento segue um padrão de uma língua (independente da modalidade da mesma e seja de maneira interlinguística ou intralinguística), implica ou traz uma espécie de “limitação”, nos dizeres discursivos reais em que o falante (sinalizador ou oral), pretende expor ou expressar seus pensamentos reflexivos sobre algo.

A Libras é uma língua minoritária e, oficialmente, reconhecida como a língua natural da comunidade surda brasileira, utilizada para que possam se comunicar ou expressar seus conhecimentos (Brasil, 2002). No entanto, mesmo após a promulgação da Lei de Libras, (Brasil, 2002) que garante o direito da comunidade surda em ter acesso à educação e à informação em Libras, ainda há um silenciamento dessa língua minoritária perante à majoritária, no Brasil, o português.

A falta de políticas públicas, aqui neste artigo serão limitadas às questões educacionais, trazendo implicações como a falta de investimento adequado para a formação de professores e intérpretes de Libras, além do desconhecimento e preconceito em relação a essa língua, contribuem para o silenciamento e invisibilidade da comunidade surda e da Libras no ensino médio e superior. É essencial compreender as implicações desse silenciamento e buscar medidas para garantir o direito da comunidade surda em ter acesso à educação e informação em sua língua natural. Segundo Morello (2015, p. 71),

As línguas são artefatos⁵ históricos, construídos coletivamente, ao longo de centenas ou milhares de anos. É através das línguas que as sociedades humanas, definidas

como ‘comunidades linguísticas’, produzem a maior parte do conhecimento de que dispõe e é através da língua que são construídos os sistemas simbólicos de segunda ordem, como a escrita, as matemáticas, e que permitem a ação humana sobre a natureza e sobre os outros homens.

Refletindo sobre os argumentos, até aqui descritos, a ideia reflete um silenciamento da Libras articulada às questões presentes no âmbito educacional e de informações ou fatos cotidianos, mas este, também precisa ser considerado abarcando aspectos mais abrangentes e urgentes, alcançando, até mesmo, uma questão de direitos humanos. A falta de valorização e reconhecimento da Libras como uma língua, com característica estrutural, composta por elementos linguísticos e culturais que lhe atribuem o seu status de língua, como qualquer outra, existente no mundo, independentemente de sua modalidade, rica em expressão e significado, pode levar a uma exclusão social, isolamento e discriminação dos usuários nativos que a utilizam como meio de comunicação, expressão e entendimento de mundo, no caso os surdos. Além disso, esse silenciamento pode induzir um falso conceito e a falta de entendimento sobre a cultura surda⁶ e suas particularidades, dificultando a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa, uma vez considerando aqui que toda língua se sustenta por diversos fatores, e dentre eles o aspecto cultural que está imbricado na mesma.

É preciso, portanto, promover a conscientização sobre a importância da Libras, como uma língua minoritária, e buscar formas de incluí-la na educação básica e superior, não apenas como uma disciplina, mas como uma língua de instrução para os surdos e sua comunidade. Strobel (2009, p. 6) ressalta a diferença entre povo surdo e comunidade surda.

O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão. A comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização que podem ser as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (Strobel, 2009, p. 6)

Isso exige uma mudança de paradigma na educação, que precisa deixar de ser centrada, seguindo um ensino em que é fundamentado e padronizado, em normas gramaticais e linguística tradicionais, com foco em um público majoritário, isto é,

⁶Conforme Strobel (2008), a cultura surda representa a maneira pela qual um indivíduo surdo interpreta o mundo e o transforma para torná-lo acessível e acolhedor, adaptando-o por meio de suas percepções visuais. Essas percepções visuais desempenham um papel fundamental na formação das identidades surdas e no desenvolvimento das comunidades surdas.

ouvintes cuja modalidade da língua é oral/auditiva, e passar a contemplar a diversidade linguística e cultural de todos os alunos. As diversas modalidades e singularidades de línguas envolvidas e presentes no ambiente escolar, desde a sala de aula ao encontro das mesmas em momentos de intervalos, recreações e eventos, confirma tal diversidade de línguas e culturas envolvidas num mesmo espaço e até fora dele, o espaço social abarca também uma questão sociolinguística.

A alfabetização e letramento⁷ é uma das principais funções do professor na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica. De acordo com Soares (1998), no contexto relacionado a ouvintes, um indivíduo alfabetizado é alguém que possui habilidades de leitura e escrita, enquanto um indivíduo letrado utiliza socialmente essas habilidades, atendendo às exigências sociais relacionadas à leitura e escrita. Reiterando a afirmação anterior, Honora e Frizanco (2009, p. 43), ressalta que,

A alfabetização de alunos com deficiência auditiva em nada se difere da alfabetização de um aluno ouvinte, visto que o aluno com deficiência auditiva utilizará pistas auditivas e articulatórias para a construção da escrita. Entretanto, o professor (a) deve dispor de muito mais recursos didático-pedagógicos quando se trata de uma turma com surdos e ouvintes, principalmente os visuais; no entanto, esse tipo de material não é disponibilizado pelas instituições responsáveis pela organização, administração e regulamentação das unidades de educação básica públicas no país.

De acordo com Mussalim (2001), a sociolinguística enfatiza a diversidade linguística, e essa diversidade deve ser considerada na prática pedagógica. No entanto, a norma padrão da língua portuguesa é imposta pela sociedade, e muitas vezes o professor precisa intervir nas situações em que os conhecimentos linguísticos são necessários. Assim, o indivíduo alfabetizado funcional tem sido muito discutido, destarte, implica diretamente na urgência de mudanças nas metodologias de ensino, tanto para os ouvintes quanto para os surdos.

A educação é um processo contínuo de aprendizagem, que envolve não apenas o que é ensinado na escola, mas também a cultura transmitida de geração em geração. As habilidades e competências são fundamentais para o desenvolvimento humano, e o professor é um mediador nesse processo. A competência é uma ação física ou mental que decorre o conhecimento adquirido, enquanto a habilidade é o saber que o indivíduo aprende para exercer uma profissão. Assim, tal saber precisa ser adaptado, em coerência

⁷Soares (1998), menciona que a alfabetização se refere ao processo de instruir na leitura e na escrita. Em outras palavras, ocorre quando o indivíduo não apenas adquire a habilidade de decifrar códigos escritos, mas também desenvolve a capacidade de compreender os significados expressos por meio desses códigos. Alves (2009) e Bueno (1993), acrescenta que a aprendizagem tanto de crianças surdas quanto de crianças ouvintes, ocorre na sala de aula levando em consideração o ritmo, a capacidade de compreensão e a assimilação individual de cada aluno.

e conformidade com o ambiente em que utilizará tais saberes. Portanto, a competência se sustenta em “saber usar” as habilidades linguísticas, e da linguagem apreendidas na escola e em suas vidas cotidianas (experiências de vida) e cuja a combinação permite a eles a competência, isto é, aprender algo e saber usar o que aprendeu, nos diferentes contextos e/ou necessidades de seu cotidiano através de adaptação de tais saberes.

As crianças já nascem livres para expressar suas ideias, emoções e sentimentos. No entanto, muitas vezes elas são silenciadas pela norma padrão da língua portuguesa. É determinante que o professor conduza o saber de forma leve, sem silenciar a visão de mundo da criança. A correção esporádica da fala de uma criança em sala de aula, às vezes é necessária para conduzir sua linha de pensamento, de forma que consiga concluir com clareza seu raciocínio. No entanto, as correções frequentes podem fazer com que a criança se sinta envergonhada e incapaz de participar.

Diante dessa perspectiva, a essência da educação não se limita apenas à ação literal de "ensinar", mas reside na maneira de conduzir, na abordagem ao pensamento, nas distinções que moldam os critérios éticos e morais que fundamentam a trajetória a ser seguida, conforme preconizado por Freire (1997, p. 52):

[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um aberto a indagações; à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições, um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Sendo assim, a criança surda começa sua jornada educacional na escola usando uma língua que se baseia em sons, como o português brasileiro oral, mesmo que sua língua natural seja a Libras, que é uma língua visual e espacial. Ela começa e continua seu processo de aprendizado em uma língua que é diferente em termos de modalidade de comunicação em relação à sua língua materna, que é a Libras (Almeida, 2011 p. 16).

Insta salientar, que a educação formal é realizada em ambientes escolares, seguindo um currículo e regras pré-estabelecidas. No entanto, o professor deve considerar a diversidade linguística e cultural dos alunos, sem silenciar suas vozes, é preciso mostrar as diferenças ortográficas entre as palavras ditas orais e escritas, sem desencorajar a participação das crianças na sala de aula ou mesmo fora dela. Em suma, o silenciamento pela língua é um problema recorrente na educação infantil e nos anos iniciais da educação básica.

1. Justificativa e delimitação do problema

A escolha deste tema, "O silenciamento da Libras: desafios, conquistas e perspectivas para a valorização de uma língua minoritária," foi motivada por uma série

de fatores que destacam sua relevância social, cultural e linguística. Este estudo visa abordar a importância crítica da Língua de Sinais Brasileira (Libras) e sua comunidade em um contexto no qual as línguas minoritárias frequentemente enfrentam marginalização e apagamento.

Em primeiro lugar, a Libras é a língua natural da comunidade surda no Brasil, com uma rica e complexa gramática e uma longa história cultural. No entanto, ela continua sendo subvalorizada e, na prática, não efetivamente reconhecida em muitos aspectos da sociedade, incluindo na educação, na comunicação, no mercado de trabalho e nos serviços públicos. O silenciamento da Libras tem implicações significativas para os direitos humanos, a inclusão social e a equidade de oportunidades das pessoas surdas.

Além disso, ao compreender os desafios enfrentados pela Libras, é possível destacar as barreiras linguísticas e sociais que prejudicam a comunicação eficaz e a participação plena da comunidade surda na sociedade. Este estudo contribuirá para a conscientização sobre essas barreiras e para a identificação de soluções que promovam a inclusão e a valorização da Libras.

Em segundo lugar, à medida que a sociedade brasileira evolui, é fundamental reconhecer e preservar a diversidade cultural e linguística do país. A Libras é uma parte intrínseca da cultura surda e, ao ser silenciada, corre-se o risco de perder uma parte valiosa da riqueza cultural brasileira. Este estudo busca contribuir para a preservação da identidade cultural da comunidade surda e para a promoção da diversidade linguística.

Esta pesquisa focará principalmente na análise do processo de silenciamento da Libras no Brasil, com uma ênfase especial nos desafios que a língua e sua comunidade enfrentam, nas conquistas que já foram alcançadas e nas perspectivas para a valorização da Libras como língua minoritária. Embora existam questões relacionadas à língua de sinais em outros contextos, este trabalho se concentrará especificamente na Libras como língua minoritária no Brasil.

Sendo utilizada uma abordagem interdisciplinar que combina elementos da linguística, da educação, dos direitos humanos e da sociologia para uma compreensão abrangente do tema. A pesquisa será baseada em uma revisão da literatura existente, sobre a comunidade surda e do uso da Libras, nos ambientes educacionais e fora dele.

A partir disso, é possível acontecer uma análise mais aprofundada e específica das questões relacionadas ao silenciamento da Libras e das estratégias para sua valorização, que possa contribuir para a conscientização e a promoção dos direitos da comunidade surda no Brasil.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de silenciamento da Língua de Sinais Brasileira (Libras) como língua minoritária, destacando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e as perspectivas para a valorização dessa língua e sua comunidade.

2.2 Objetivos Específicos: a) Investigar as barreiras linguísticas e sociais que contribuem para o silenciamento da Libras no contexto brasileiro, considerando fatores como estigma, discriminação e falta de reconhecimento; b) Analisar as políticas públicas e a legislação relacionada à Libras, avaliando seu impacto na promoção e proteção da língua, bem como identificando lacunas ou desafios na implementação; c) Mapear as conquistas e avanços alcançados pela comunidade surda e pelos defensores da Libras na luta pela inclusão e reconhecimento dessa língua; d) Explorar as perspectivas futuras para a valorização da Libras, considerando iniciativas educacionais, culturais e tecnológicas que possam fortalecer seu status como língua minoritária e promover sua difusão; e) Propor recomendações e estratégias que visem à ampliação do reconhecimento e do uso da Libras na sociedade brasileira, visando a inclusão plena da comunidade surda e a preservação dessa língua como parte integrante da cultura surda do Brasil.

3. Metodologia

Este artigo adotou a abordagem qualitativa, com a realização de pesquisas bibliográficas, a partir da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) na área de linguística, aplicada ao ensino e suas implicações voltadas às línguas minoritárias, com foco no ensino de Libras no Brasil.

A pesquisa qualitativa pode ser considerada uma investigação voltada ao aspecto qualitativo de determinada questão, sendo considerado um problema subjetivo. Ou seja, ela identifica e analisa dados que não podem ser mensurados numericamente. A esse respeito, tem-se que,

O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (Deslauriers 1991, p.58 *apud* Gerhardt e Silveira, 2009, p.32).

A pesquisa bibliográfica ocorre por meio exclusivamente teórico, “feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*”, logo:

[...] utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p.32).

Dentre as várias bases de dados possíveis de serem pesquisadas, foram escolhidas apenas duas, o Portal de periódicos da CAPES⁸ e o *Google Acadêmico*, que atenderam levantar argumentos sobre o tema pesquisado e o acréscimo por busca via palavras-chave através do *strings*⁹ como: línguas minoritárias no Brasil; valorização da Libras como língua minoritária; censura das línguas minoritárias; línguas minoritárias na educação básica e ensino superior.

Os critérios para inclusão foram a seleção e utilização de artigos, dissertações e teses que tivesse presente a palavra *strings* de busca; pesquisas completas publicadas em periódicos; pesquisas publicadas principalmente entre os anos de 2002 e 2023; entretanto, há pesquisas publicadas e livros anteriores à essas datas que foram considerados; pesquisas escritas em português; pesquisas que tratam de Ensino bilíngue da Libras e pesquisas sobre Línguas minoritárias no Brasil.

Em contrapartida, trabalhos de conclusão de cursos; artigos, dissertações e teses, que não tratavam apenas da Libras enquanto língua minoritária; anteriores ao ano de 2002, considerados como os critérios de exclusão.

Foram determinadas as etapas da metodologia, com base na Revisão Sistemática de Literatura (RSL). A partir daí, fez-se necessário esmiuçar os resultados encontrados, a partir da leitura dos temas, resumos e posteriormente a leitura integral dos artigos para que os dados a serem incluídos no trabalho fossem alcançados. Para isso, a exclusão de artigos completos em desacordo com a questão principal, tendo como critério analítico a leitura dos títulos e palavras-chaves. Em seguida, foram feitas as leituras dos resumos e identificação dos assuntos de interesse. Finalizando com a leitura integral dos artigos considerados incluídos para a extração de dados importantes para a composição teórica dessa pesquisa.

4. O silenciamento da Língua Brasileira de Sinais em diferentes contextos educacionais

O silenciamento da língua de sinais das crianças na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ocorrem quando não é permitido o uso da língua de sinais nesses ambientes educacionais. Isso pode acontecer devido a uma visão errônea de que a língua de sinais é uma linguagem inferior, uma falta de preparo dos educadores

⁸CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

⁹*Strings* de busca significa fracionar o tema em várias palavras-chave, fazendo isso em cada parte do trabalho.

para trabalhar com a língua de sinais ou uma política linguística oficial que favorece outras línguas em detrimento da língua de sinais.

O ato de não conseguir se expressar, é prejudicial para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas, pois a língua de sinais é a língua natural dessas pessoas. Quando essas crianças são privadas de usar a língua de sinais, elas são forçadas a se comunicar por meio de uma língua que não é natural para elas, o que pode levar a problemas de compreensão, expressão e aprendizagem. De acordo com Almeida (2011, p.6) para a criança surda a

primeira fase de socialização [...] é o contato familiar, microesfera de um mundo do qual é parte e no qual atua significativamente; a segunda fase de sua socialização e preparação dessa criança para viver em sociedade exercendo seu direito de cidadania se faz no ambiente escolar, onde o papel dos profissionais em educação é de suma importância e muito relevante.

Além disso, o surdo não poder se expressar por meio da sua língua materna, o que resulta à uma exclusão social e cultural, pois a língua de sinais é um elemento fundamental presente em sua identidade cultural e linguística. A dificuldade de comunicação entre a criança surda desde o nascimento, tem desempenhado um papel significativo e uma situação desafiadora, em que as pessoas surdas enfrentam em relação à aquisição de linguagem e as barreiras potenciais na aprendizagem, uma vez que

[...] a falta de uma língua(gem) tem graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. [...] A língua(gem) permite à criança obter explicações sobre o funcionamento das coisas do mundo e sobre as razões do comportamento das pessoas. Se não houver uma base linguística suficientemente compartilhada e um bom nível de competência linguística para permitir uma comunicação ampla e eficaz, o mundo da criança ficará confinado a comportamentos estereotipados aprendidos em situações limitadas. (Capovilla, 2000, p. 100).

Para combater esse tipo de atitude, é indubitável que haja uma conscientização dos educadores sobre a importância da língua de sinais para as crianças surdas, e um investimento em políticas e práticas (ações, estratégias de adaptações, recursos e metodologias adequadas), que promovam o uso da língua de sinais em ambientes educacionais inclusivos. Por muito tempo, as pessoas surdas têm enfrentado um silenciamento sociocultural, assim como o uso de métodos questionadores em suas vidas. Elas persistem nessa realidade, ou seja:

[...] às margens de uma socialização do mundo dos ouvintes. (...) São discriminadas como deficientes e congeladas nessa imagem, e com isso sofrem a política do silenciamento. Sofrem uma espécie de censura, uma vez que a língua que utilizam é negligenciada como forma legítima de comunicação. (Massuti, 2012, p. 81).

Já no ensino médio e superior, esse emudecimento pode acontecer de diferentes maneiras, que podem estar relacionadas ao desconhecimento e/ou à desvalorização da língua de sinais e da cultura surda por parte da sociedade em geral e, em muitos casos, das próprias instituições de ensino. Desse modo, a supressão linguística desempenha um papel na validação de preconceitos, resultando na diminuição e no gradual abandono das línguas. Além disso, ela ajuda a manter a falta de conhecimento sobre as línguas brasileiras e a subestimação das comunidades que as falam. (Oliveira, 2003 p.13).

Muitas vezes, as escolas e universidades não oferecem intérpretes de língua de sinais para os estudantes surdos, o que faz com que eles tenham que se adaptar a uma forma de comunicação que nem sempre é a mais adequada para eles. Além disso, os currículos escolares muitas vezes não incluem a cultura surda e a língua de sinais como temas imperiosos, o que acaba reforçando a ideia de que esses aspectos não são relevantes para a formação dos estudantes.

Outro fator, está diretamente relacionado à hesitação ao uso da língua de sinais nos jovens e adultos no ensino médio e superior, em casos cujos estudantes surdos sejam os únicos em suas turmas, pode levar a um sentimento de isolamento e exclusão. Isto pode desencadear sentimentos de desmotivação em continuarem a participar das aulas, e a se envolverem com a vida acadêmica de forma mais ampla (Pereira, 2017 p.8).

É necessário destacar que a língua de sinais é uma língua natural, com sua própria gramática, vocabulário e expressividade. Negar aos estudantes surdos o acesso a essa língua, é negar-lhes o direito à comunicação plena e à educação de qualidade. O que justifica ser fundamental, é que as instituições de ensino incluam a cultura surda e a língua de sinais em seus currículos e ofereçam suporte aos estudantes surdos para que

possam se desenvolver, plenamente, no ambiente acadêmico. É notável que a comunicação entre surdos e ouvintes muitas vezes não refletem, plenamente, nem a Libras e nem o Português por escrito, conforme afirma Silva (2015, p. 580):

Apesar de necessário, o resultado dessa comunicação tem sido percebido como algo inferior que não reflete nem Libras, nem o Português, ou seja, são línguas muito mais desprestigiadas que tendem a ser evitadas por configurar uma situação de misturas de línguas, com sintaxe e léxico usadas de forma diferente daquela que é considerada a língua ideal e, portanto, não coincidente nem com a Libras padrão, presente nos dicionários e usada por um grande número de surdos escolarizados e tampouco com a língua portuguesa, falada pela comunidade majoritária (Silva, 2015 p.580)

O silenciamento da língua de sinais ocorre quando uma pessoa ou grupo é impedido de se expressar livremente na sua língua materna ou na língua que escolheram para se comunicar. Isso pode acontecer de várias formas, incluindo:

1. Imposição de uma língua dominante: em muitos países, a língua oficial é imposta pelo Estado ou pela sociedade dominante, e outras línguas são subvalorizadas ou até mesmo proibidas. Isso pode levar à marginalização linguística e cultural de grupos minoritários.
2. Discriminação linguística: indivíduos ou grupos que falam uma língua minoritária podem sofrer discriminação e estigmatização, o que pode levar ao silenciamento da sua língua e à perda da identidade cultural.
3. Restrições legais das línguas minoritárias: em alguns países, as línguas minoritárias são proibidas por lei e aqueles que as falam podem ser penalizados ou perseguidos.
4. Falta de acesso a recursos das línguas minoritárias: a falta de recursos para ensinar, aprender e usar uma língua minoritária pode limitar sua disseminação e uso.
5. Censura das línguas minoritárias: em alguns casos, o governo ou outras autoridades podem censurar o uso de determinadas palavras, expressões ou ideias que são consideradas ameaçadoras para o status *quo*.

Vale ressaltar que a Lei n. 14.191/2021, que incorpora o ensino bilíngue para surdos em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estipula, assegura em seu artigo 78º, o acesso a conhecimentos acadêmico-científicos na língua de sinais como primeira língua. Como exemplificado no trecho da lei a seguir: "II - garantir aos surdos o acesso às informações e ao conhecimento técnico e científico da sociedade nacional e de outras sociedades surdas e não surdas" (Brasil, 2021).

A repressão da língua oral ou de sinais é prejudicial para as pessoas e comunidades afetadas, pois limita sua capacidade de se comunicar, expressar suas ideias e compartilhar sua cultura. Além disso, pode levar à perda da diversidade linguística e cultural, o que é uma perda para toda a humanidade. É necessário trabalhar para promover a diversidade linguística e cultural, bem como combater o silenciamento e a discriminação linguística. Silva (2015), considera que à medida que práticas de significação se concretizam por meio da linguagem, elas moldam identidades e ganham significado nas culturas, muitas vezes associando o sujeito surdo de maneira negativa ou subalterna.

Entretanto, a criança que já traz consigo uma bagagem de conhecimentos, com culturas diferentes, formas de expressões que são trazidas do interior das grandes cidades na maioria dos casos, os professores como mediadores do conhecimento, devem mostrar as diferenças ortográficas que há entre as palavras ditas orais e escritas. Considerando que as crianças já nascem livres, essa liberdade estende-se como um todo, no seu modo de expressar, comunicar, brincar, protestar etc. Desse modo, o que nós enquanto professores precisamos fazer, é conduzir o saber de forma leve, sendo mais apropriado focar em promover um ambiente seguro e acolhedor para que ela se sinta à vontade para expressar seus pensamentos e sentimentos.

De acordo com o pensamento de Skliar (1997 p.12), essa proposta demanda a compreensão dos surdos como grupo social minoritário, usuário de outra língua, ou seja, exige que tenhamos uma perspectiva socioantropológica da surdez. Dessa maneira, diante da proposta de educação bilíngue para surdos, é preciso que a pessoa surda tenha acesso ao português por escrito como a sua segunda língua, mas que esse ensino se dê por meio de metodologias específicas, levando em consideração, as especificidades dos surdos em vários aspectos, sejam linguísticos, culturais, educacionais, todos abarcados na lógica coerente visual (seja via materiais estáticos, como fotos, imagens ou dinâmicas, vídeos, práticas com abordagem comunicativa com trocas de experiências, dentre outros).

Como exemplo, há situações em que um professor faz uma correção esporádica de uma determinada fala da criança, e, com isso, ela conseguirá seguir seu raciocínio. No entanto, se essas correções passam a ser frequentes, essa criança tende a deixar de participar e contribuir com as aulas, por medo, vergonha, e vai-se então, criando barreiras cognitivas. Além disso, pode-se impor o sentimento de incapacidade para de questionamentos, rodas de conversas, o que configura a possibilidade de o professor

silenciá-la e não deixar que a mesma expresse seus pontos de vistas da forma pela qual poderá ser compreendida.

Através da promoção das línguas de sinais, como línguas naturais das comunidades surdas (Quadros, 1997 p. 27), promove uma discussão contínua sobre a reafirmação do surdo como parte de minorias linguísticas, em vez de serem vistos como indivíduos patologizados e com limitações (Santana; Bergamo, 2005 p. 567).

Educação formal é realizada em ambientes escolares, e é esquematizada por um currículo, regras e leis nacionais. Neste modelo de educação, o objetivo é que o indivíduo alcance conhecimentos por intermédio do professor, seguindo normas pré-estabelecidas nesse ambiente, e que, posteriormente, esse aluno consiga sua promoção, uma certificação ou diploma de conclusão, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

5. Resultados e discussões

5.1 A imposição de uma língua

A imposição de uma língua dominante é um fenômeno comum em muitos países ao redor do mundo. Em muitos casos, a língua oficial é escolhida pela sociedade dominante ou pelo Estado, enquanto outras línguas faladas por minorias étnicas, linguísticas ou culturais são subvalorizadas ou até mesmo proibidas. Isso pode levar à marginalização desses grupos, tanto do ponto de vista linguístico quanto cultural.

Estabelecer uma língua dominante, pode ter consequências negativas para as minorias linguísticas e culturais, pois elas podem ser forçadas a abandonar sua língua e cultura de origem, em favor da língua dominante. Isso pode levar à perda da identidade cultural, à alienação, à exclusão social e a uma variedade de outras formas de discriminação. Considerando essa abordagem, a trajetória política linguística no Brasil, resultou, segundo Schneider (2007, p. 24) em:

[...] discriminação, medo, perseguição e preconceitos linguísticos, raciais e culturais. Implantou-se no imaginário coletivo a ideia de haver línguas e, ou variedades linguísticas legítimas e outras ilegítimas e, por extensão culturas melhores e piores, quando todas são apenas diferentes umas das outras e, por isso, reciprocamente complementares (Schneider, 2007 p.24).

Em alguns casos, as minorias linguísticas e culturais podem ser impedidas de usar sua língua materna em público ou na educação. Isso pode ser particularmente prejudicial para crianças que crescem em famílias que falam uma língua minoritária, pois eles podem não ter acesso à educação na sua própria língua materna e, portanto, não conseguirão atingir seu potencial acadêmico.

Coagir uma língua dominante, também pode levar à falta de acesso a oportunidades econômicas e políticas. Por exemplo, em alguns países, a língua oficial é necessária para acessar certos serviços governamentais, incluindo empregos públicos e benefícios sociais.

Ademais, é importante destacar que a promoção da diversidade linguística e cultural não significa diminuir a importância da língua oficial de um país, mas sim reconhecer e valorizar a variedade de línguas faladas dentro de uma sociedade e trabalhar para promover a igualdade linguística e cultural.

5.2 Discriminação linguística

A discriminação linguística ocorre quando indivíduos ou grupos, são tratados de maneira desigual ou desfavorecida com base na sua língua ou sotaque. Isso pode levar a uma variedade de consequências negativas, como o silenciamento da língua minoritária e a perda da identidade cultural. A autora Veras (2020, p. 1), ressalta que,

As pessoas surdas historicamente eram vistas como parte do grupo dos sujeitos da exclusão social, imposta pela sociedade majoritária e pela incompreensão intrafamiliar de sua condição existencial como sujeitos visuais. Esse modo de viver entre relações de exclusão e cotidianos de invisibilidade, tem levado as pessoas surdas a uma série de movimentos de resistência para a ocupação de lugares de saber e poder (Veras, 2020 p. 01).

Essa discriminação pode ocorrer em diferentes contextos, como no mercado de trabalho, na educação e nos serviços públicos. Por exemplo, os indivíduos que falam uma língua minoritária podem enfrentar barreiras no acesso a empregos e oportunidades de carreira, devido ao preconceito linguístico por parte dos empregadores. Além disso, essas pessoas podem ser menosprezadas ou ridicularizadas por falantes de língua dominante, o que pode afetar sua autoestima e autoconfiança.

Na educação, ela pode se manifestar na forma de políticas que limitam o uso de línguas minoritárias na escola, ou através de professores que subestimam ou reprimem o uso dessas línguas pelos alunos. Isso pode levar a uma perda de motivação e autoestima dos alunos que falam uma língua minoritária, e afetar sua capacidade de aprender e se desenvolver. De acordo com Maher (2007, p.257),

[...] o fortalecimento político e a existência de legislações favoráveis a esses grupos não são os únicos fatores que influenciam o empoderamento deles; a educação do ambiente ao redor também desempenha um papel crucial na garantia desse respeito Maher (2007, p.257).

Para combater essa discriminação linguística, é necessário conscientizar as pessoas sobre a importância da diversidade linguística e cultural, bem como promover a valorização e respeito às línguas minoritárias. Em suma, ao enfatizar a implementação de políticas e práticas voltadas para a promoção da inclusão e igualdade linguística em

diversas esferas, desde o mercado de trabalho até a educação e os serviços públicos, é preciso fortalecer não apenas a diversidade cultural, mas também construir uma sociedade mais justa, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de contribuir plenamente e prosperar, independentemente de sua origem linguística. Essa abordagem não apenas enriquece a experiência coletiva, mas também reforça os valores fundamentais de equidade e respeito em nossa comunidade.

5.3 Restrições legais de línguas minoritárias

As restrições legais das línguas minoritárias referem-se às políticas e leis que impedem ou limitam o uso dessas línguas em instituições governamentais, educação, mídia e outras esferas da sociedade. Essas políticas muitas vezes têm raízes históricas e são utilizadas como forma de discriminação e dominação cultural por parte dos governos ou grupos majoritários. De acordo com Massuti (2007, p. 11):

Em um universo predominantemente regulado pelo som, o ouvir e o falar tornaram-se tão “essencializados” que qualquer forma de manifestação linguística e cultural não constituída por essas operações causa estranheza, sofre restrições e instaura processos de exclusão social. Para os surdos, essa situação se agrava em embates cotidianos contra as representações politicamente construídas em torno de suas diferenças Massuti (2007, p. 11).

A limitação do uso de uma língua minoritária, pode levar a perda da identidade cultural e linguística, bem como à exclusão social e econômica dos falantes dessas línguas. Portanto, é importante promover políticas que protejam e valorizem a diversidade linguística e cultural da Libras. Segundo a autora, a concepção de identidade envolve anseios por reconhecimento, associação e proteção, e ao manter/perder uma língua minoritária, investir na língua materna equivale a investir na própria identidade social. (Pinho, 2008).

Alguns exemplos de obstáculos, incluem a proibição do uso de línguas regionais ou minoritárias como a Libras, em instituições governamentais ou em meios de comunicação públicos, ou a imposição do uso de uma língua oficial em todas as esferas da vida, mesmo em áreas onde a língua minoritária é predominante.

5.4 Falta de acesso a recursos das línguas minoritárias

A falta de acesso e de disponibilidade de recursos didáticos das línguas minoritárias, é uma questão que afeta muitos falantes desse tipo de língua em todo o mundo. Os recursos aqui descritos, se referem a materiais escritos, educacionais, tecnológicos e outros que são produzidos em uma língua e que podem ser usados para aprender ou se comunicar nessa língua em específico.

Quando os falantes de Libras têm acesso limitado ou inexistentes esses recursos, essa inacessibilidade pode acarretar em uma série de problemas, como baixo desempenho acadêmico, exclusão social e econômica, e principalmente na perda da sua identidade cultural e linguística. Isso também pode aumentar a pressão para que os falantes de línguas minoritárias abandonem suas línguas e adotem a língua dominante.

Os autores Nogueira e Carneiro (2011) citam que “a Libras ainda é considerada uma língua ágrafa no Brasil, porque sua escrita não foi reconhecida oficialmente e é utilizada por um número ainda restrito de pessoas”. Sendo assim, é possível afirmar que a língua de sinais brasileira é erroneamente considerada uma língua ágrafa. Haja visto, que no Brasil utiliza-se dois tipos de escrita de sinais, (como dito anteriormente, não tem uma escrita reconhecida oficialmente), são elas: *SignWriting* e EliS – Escrita da Língua de Sinais. Nobre (2011, p. 83) explica que:

Entre os sistemas apresentados anteriormente o *SignWriting* e o EliS são os únicos que apresentam características evolutivas inerentes aos sistemas de escrita, inclusive o sistema alfabético. São também os únicos utilizados pela Comunidade Surda Brasileira, no entanto, para essa pesquisa foi escolhido o sistema *SW* por ter mais tempo de uso e difusão no Brasil. Ele está em uso desde 1996. O sistema de Sutton é o mais aceito e utilizado no mundo inteiro. Diante disso, faz-se necessário identificar as regras de grafia a fim de consolidar um sistema padronizado que possa ser usado de forma similar por todos os usuários, facilitando o entendimento e a compreensão da escrita Nobre (2011, p. 83).

A falta de reconhecimento, despreza a cultura surda, pois compreende-se que a língua de sinais possui regras gramaticais que asseguram a seus usuários acesso a conhecimentos e comunicação. Mesmo com a garantia de educação bilíngue para os surdos, são poucas as experiências que foram desenvolvidas no Brasil a partir da criação da Lei.

Lodi (2006, p.2), afirma que “infelizmente, o desenvolvimento da Libras como L1 é ainda restrita aos filhos de surdos, usuários desta língua, e às raras experiências educacionais que possuem, em seu quadro de profissionais, professores surdos”. Para enfrentar esse problema, é importante promover políticas que garantam o acesso equitativo aos recursos das línguas minoritárias e que incentivem a produção e a disponibilização desses recursos nas línguas minoritárias.

Considerações finais

A educação formal é uma parte fundamental na formação do indivíduo, pois é nesse ambiente que ele adquire conhecimentos necessários para seu desenvolvimento pessoal e profissional. No entanto, é importante ter em mente que o processo de padronização cultural e linguística, muitas vezes presente nesses espaços escolares, pode ter impactos negativos na formação dos alunos. O não reconhecimento e o mau

uso da diversidade linguística e cultural, nas práticas docentes, podem levar à um conhecimento humano limitado nas diversas áreas que permeiam o entendimento funcional de mundo (demandas, necessidades de intervenção, estratégias de resiliência etc.), além de deixar os povos sem sua identidade histórica. Além disso, essa homogeneização pode afetar negativamente a autoestima dos alunos, especialmente aqueles que pertencem a grupos minoritários.

Portanto, é fundamental que os professores estejam cientes desses impactos e busquem formas de ressignificar o contexto de língua e cultura nas salas de aula, promovendo inclusão e valorização da diversidade. Dessa forma, será possível formar alunos críticos-reflexivos, capazes de lidar com a complexidade do mundo atual e contribuir para uma sociedade mais justa e plural. O silenciamento das línguas minoritárias é um fenômeno que vem ocorrendo há séculos e tem impactado diretamente as comunidades que as falam. Esse processo é resultado de fatores históricos, políticos, sociais e culturais que, juntos, contribuem para a marginalização dessas línguas em favor de idiomas majoritários.

O resultado da inibição das línguas minoritárias é a perda de patrimônio linguístico e cultural. Afinal, quando uma língua é marginalizada, se corre o risco de seu desaparecimento, levando consigo todo um universo de conhecimento, histórico-cultural, tradições e memórias.

Além disso, a censura das línguas minoritárias tem um impacto direto nas comunidades que as falam, afetando sua identidade, autoestima e inclusão social. Quando uma língua é marginalizada, as pessoas que a utilizam em seus cotidianos para se expressarem ou terem acesso a novos conhecimentos e informações, são muitas vezes estigmatizadas e discriminadas, o que pode levar a uma sensação de exclusão e isolamento.

É de suma importância, que sejam desenvolvidas políticas públicas e estratégias educacionais que valorizem e promovam a diversidade linguística e cultural. É preciso que as línguas minoritárias sejam reconhecidas como patrimônio cultural e que sejam oferecidas oportunidades para que as pessoas possam aprender e utilizar essas línguas sem medo de discriminação. Neste contexto, a educação exerce uma função crucial de impulsionar a diversidade linguística e cultural. Sendo necessário que as escolas e universidades incluam o ensino das línguas minoritárias em suas grades curriculares, e que sejam oferecidos recursos e materiais educativos que valorizem essas línguas e suas culturas, não apenas da Libras, como outras.

Em resumo, a contenção das línguas minoritárias é um problema complexo e multifacetado que afeta diretamente as comunidades que as falam. É fundamental que sejam desenvolvidas políticas e estratégias educacionais que valorizem e promovam a diversidade linguística e cultural, garantindo que as línguas minoritárias sejam reconhecidas e respeitadas como patrimônio cultural e que as pessoas tenham a oportunidade de aprender e utilizar essas línguas sem medo de discriminação. Ao reconhecer a Libras como uma língua intralinguística, compreendemos que ela opera dentro do próprio universo da comunidade surda, proporcionando uma rica expressão cultural e identitária. No âmbito intralinguístico, a Libras transcende seu papel como simples meio de comunicação e se torna um elo vital para a construção da identidade dos surdos.

Ao mesmo tempo, ao considerarmos a Libras como uma língua interlinguística, percebemos sua função como mediadora nas interações entre surdos e ouvintes, proporcionando uma ponte crucial para a compreensão mútua. Essa dimensão interlinguística não apenas facilita a comunicação prática, mas também, promove uma maior compreensão cultural entre esses dois grupos linguísticos distintos. Assim, ao afirmarmos a importância da Libras como língua minoritária, destacamos não apenas sua função prática, mas também seu papel intrincado na formação da identidade cultural dos surdos. Respeitar a Libras é, portanto, reconhecer e valorizar tanto a dimensão intralinguística quanto interlinguística dessa língua única.

Diante do exposto, os surdos ainda enfrentam desafios significativos em sua comunicação diária. Muitas vezes, as pessoas não reconhecem a importância vital da língua de sinais na comunidade surda, subestimando suas necessidades linguísticas e culturais. Além disso, há uma tendência para romantizar a utilização da Libras, sem compreender plenamente a complexidade e a riqueza dessa língua. Essa romantização pode levar à minimização dos esforços necessários para promover uma verdadeira inclusão e acesso equitativo para os surdos em diversos aspectos da sociedade. Portanto, é essencial reconhecer e enfrentar esses desafios para promover uma verdadeira valorização da Libras e uma inclusão eficaz da comunidade surda.

Referente ao que foi mencionado acima sobre as complexidades abordadas nesse estudo, torna-se evidente a necessidade urgente de promover uma mudança significativa em nossa sociedade. A compreensão da importância de não silenciar os surdos, mesmo diante da falta de compreensão da Libras por parte dos ouvintes, emerge como um imperativo fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Ao destacar as barreiras significativas na comunicação enfrentadas pelos surdos, provenientes da falta de compreensão da estrutura gramatical e das nuances da Libras, as pesquisas revelam as profundas repercussões do silenciamento, que vão além da exclusão para a perpetuação de estereótipos prejudiciais.

Portanto, a conscientização sobre a Libras e sua riqueza linguística emerge como uma pedra angular para o avanço rumo à inclusão plena. Capacitar tanto os surdos quanto os ouvintes a se comunicarem de maneira eficaz e inclusiva é essencial para garantir que a voz e as experiências da comunidade surda sejam reconhecidas e valorizadas em todos os aspectos da sociedade. Assim, a conclusão deste trabalho ressalta a importância de um compromisso contínuo com a promoção da igualdade linguística e o reconhecimento dos direitos das comunidades surdas. Somente através de uma compreensão mútua e do respeito pela diversidade linguística e cultural poderemos construir um futuro mais inclusivo e justo para todos.

Convido assim, de forma respeitosa, os interessados a aprofundarem sua investigação no âmbito linguístico e cultural da Libras, reconhecendo-a como uma língua minoritária de significativa relevância. Ao aprofundarmos nossa compreensão nas intrincadas dimensões intralinguísticas e interlinguísticas dessa língua singular, contribuimos substancialmente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e instruída. A pesquisa sobre a Libras enquanto língua minoritária, não apenas configura um ato de conhecimento, mas uma etapa de relevância expressiva rumo a uma sociedade na qual todas as línguas, incluindo a modalidade gesto-visual, sejam aceitas e respeitadas. Este empenho não apenas promove a diversidade cultural, mas também garante um reconhecimento efetivo e uma valorização das expressões linguísticas minoritárias que enriquecem o panorama sociolinguístico.

Referências

ALMEIDA, Andreia Oliveira. *Intervenção psicopedagógica na inclusão de alunas pessoas surdas*. Revista *Episteme Transversalis*, v. 2, nº 1, 2011.

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Cláudia (Orgs.) *Política e Políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, p. 93-116, 2013.

ALVES, Fátima. *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Casa civil. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=13.,Munic%C3%ADpios%20poder%C3%A3o%20ter%20s%C3%ADmbolos%20pr%C3%B3prio.pdf. Acesso em: 03 dez. 2024.

_____. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1 Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 01 out. 2024.

_____. *Lei nº 14.191 de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm Acesso em: 01 out. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1993.

CAPOVILLA, Fernando Cesar. *Filosofias educacionais em relação à pessoa surda, do oralismo à comunicação total ao bilinguismo*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, nº 1, p. 100, 2000.

FONSECA, João José Saraiva da. *Apostila de metodologia da pesquisa científica*. Editora João José Saraiva da Fonseca, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra, 2014.

HONORA, Márcia. FRIZANCO, Mary L. *Esclarecendo as deficiências*. 2. Ed. São Paulo: Ciranda Cultural, 2018. 214 p. ISBN: 97885380845252009.

LABORIT, Emmanuelle. *O voo da gaivota*. São Paulo: Best Seller, p. 284-299, 1994.

LODI, Ana Claudia Balieiro. MOURA, Maria Cecília de. *Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social*. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 1–13, 2008. DOI: 10.20396/etd.v7i2.786. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/786> Acesso em: 2 out. 2024.

MAHER, Terezinha Machado. A Educação do entorno para interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Org.). *Linguística aplicada: suas faces e interfaces*. 2007. p. 255-270.

MASSUTI, Mara Lúcia. *O silêncio como resistência à alienação do aparato sensorial*. 2012.

MORELLO, Rosângela (Org.). *Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis. IPOL, 2015, 140p.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

NARDI, Jean Baptiste. *Línguas minoritárias e memória*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 117–134, 2006. DOI: 10.20396/resgate.V.12i13.8645616. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645616> Acesso em: 1 out. 2024.

NOBRE, Rundesth Sabóia et al. *Processo de grafia da língua de sinais: uma análise fono-morfológica da escrita em SignWriting*. 2011.

NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; NOGUEIRA, Beatriz Ignatius; CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira. Centro Universitário de Maringá. Núcleo de Educação a distância: C397. *Libras*. Maringá - PR, 2011. 127. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/379439394/2116-Libras> Acesso em: 02 out. 2024.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. *Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2004. 80p.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757–1827)*. Maceió: EDUFAL, 2010. 339 p.

PEREIRA, Danielle. MUNIZ, Valeria. *O universitário surdo: questões de letramentos e de autorrepresentação*. Revista escrita. 2017. DOI: [10.17771/PUCRio.escrita.28878](https://doi.org/10.17771/PUCRio.escrita.28878) Acesso em: 01 out. 2024.

PINHO, Isis da Costa. *Diversidade linguística e Identidade: as micro-decisões na manutenção/perda de uma língua materna minoritária*. Contingentia, Porto Alegre,

Brasil., v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/4159> Acesso em: 1 out. 2024.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Artmed Editora, 2009.

RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. Aula 3: O significado e o sentido. In: PINTO, Deise Cristina de Moraes; COELHO, Fábio André Cardoso. RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. *Introdução à Semântica*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2016. p. 53-74. ISBN: 978-85-458-0031-6. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/122016/89e37050506a18d67892651721082ce9.pdf> Acesso em: 03 dez. 2024.

RODRIGUES SILVA, Ivani. Educação Bilíngue para Surdos e valorização de línguas minoritárias. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), [S. l.], v. 44, n. 2, p. 574–583, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/995> Acesso em: 1 out. 2024.

SANTANA, Ana Paula. BERGAMO, Alexandre. *A cultura e identidades surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas*. Educação e Sociedade, vol. 26, n.91, 2005, pp. 565-582.

SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes e concepções linguísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngues alemão-português do Rio Grande do Sul*. 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13098/000634240.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 01 out. 2024.

SILVA, Ivani Rodrigues. *Perspectiva de educação intercultural bilíngue para surdos (perspective of intercultural bilingual education for the deaf)*. Estudos Linguísticos e Literários. Salvador, n. 50, 2014. DOI: 10.9771/2176-4794ell.v0i50.14815. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/14815> Acesso em: 2 out. 2024.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos. (org.). *Educação e Exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre. Mediação, 1997. Pp. 75-110.

SOARES, Magda. *Letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira De Educação. 2004. Nº 25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03dez. 2024.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 128p. ISBN: 978-85-86583-16-2.

STROBEL, Karin Lilian et al. *Surdos: vestígios culturais não registrados na história*. 2008.

STROBEL, Karin Lilian. *História da educação de surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf Acesso em: 03 dez. 2024.

VERAS, Nanci Cecília de Oliveira. *Aquisição tardia de língua de sinais e impactos de diagnósticos associados à dificuldade de aprendizagem e educação de pessoas surdas*. Revista Educação Pública, v. 20, nº 33, 1 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/33/aquisicao-tardia-de-lingua-de-sinais-e-impactos-de-diagnosticos-associados-a-dificuldade-de-aprendizagem-e-educacao-de-pessoas-surdas>. Acesso em: 01 out. 2024.